

**EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

---

Processo de Origem nº

Paciente:

Autoridade Coatora; juíza titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

---

**FULANO DE TAL**, Defensor Público do Distrito Federal, em exercício funcional perante o Núcleo de Assistência Judiciária, vem, com base no inciso LXVIII art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil e do art. 647 e ss. do Código de Processo Penal, impetrar

<p><b><i>Habeas Corpus</i></b></p>
------------------------------------

<p>(com pedido de liminar)</p>
--------------------------------

em favor de **FULANO DE TAL**, nacionalidade, profissão, data de nascimento, naturalidade, filiação, portador do RG, endereço, atualmente recolhido no Centro de Detenção Provisória, indicando como autoridade coatora a Dra. FULANA DE TAL, juíza titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que, nos autos de origem, manteve, por ocasião da sentença, a prisão preventiva do Paciente.

**I. Síntese dos fatos**

Em DATA, o Paciente teve sua prisão em flagrante convertida em prisão preventiva nos autos do Processo nº (fls. XX/XX-v). A prisão

cautelar foi decretada pela MMª. Juíza do Núcleo de Audiências de Custódia -NAC.

Em audiência de instrução e julgamento realizada a DATA, fora formulado pedido de revogação da prisão preventiva sob a fundamentação de que, na data, o réu já se encontrava preso há quase 3 meses, período certamente mais gravoso do que eventual pena que pudesse ser aplicada em caso de condenação. Ademais, importa registrar que a vítima, apesar de intimada, não compareceu à audiência, o que demonstra possível desinteresse na persecução penal e ausência de medo do paciente.

Ainda na assentada, asseverou-se que os depoimentos prestados pelas testemunhas FULANO DE TAL e FULANO DE TAL, parentes do paciente, asseguraram que, caso o paciente fosse solto, iriam prover-lhe residência, trabalho e apoio moral e familiar, para que permanecesse longe da vítima, evitando novas intercorrências. Justificada, assim, a concessão de sua imediata liberdade.

Encerrada a instrução, a DATA, sobreveio sentença penal condenatória, na qual a d. magistrada sentenciante fixou pena definitiva em **05 (cinco) meses e 03 (três) dias de detenção, a ser cumprida em regime aberto. Acerca do pedido de revogação da prisão preventiva formulado pela defesa, este foi indeferido, sob o fundamento de que não haveria qualquer elemento novo hábil a mudar o cenário que então autorizou a decretação da prisão cautelar, com fundamento no artigo 313, III, do CPP.**

Diante da prisão cautelar manifestamente ilegal do Paciente, impetra-se o presente *mandamus*, requerendo o imediato relaxamento do decreto prisional, consoante razões que se passa a expor.

## II. Cabimento do *habeas corpus*

A Constituição da República assim dispõe, no art. 5º, LXVIII:

“Art. 5º. (...)

LXVIII – conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.”

Assim, é o *habeas corpus* utilizado para coibir a coação ilegal relacionada ao direito de locomoção. A coação pode ser dita ilegal fundamentalmente naquelas hipóteses do art. 648 do Código de Processo Penal – particularmente o inciso I –, ora transcrito:

“Art. 648. A coação considerar-se-á ilegal:

I - quando não houver justa causa.”

Ressalte-se, nesta linha, que a imprescindibilidade que norteia a prisão cautelar há de ser efetiva e subsistente, pois, segundo o texto constitucional, a liberdade é a regra, enquanto que a prisão cautelar é a exceção.

Com precisão jurídica, Ada Pellegrini Grinover, Antônio Scarance Fernandes e Antônio Magalhães Gomes Filho, ressaltando que a liberdade física do indivíduo é um dos dogmas do Estado de Direito, lembram que:

“No caso de prisão cautelar, essas exigências se tornam ainda mais rigorosas, diante do preceito constitucional segundo o qual ‘ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória’ (art. 5.º, inc. LVII, CF); em face do estado de inocência do acusado, a

antecipação do resultado do processo representa providência excepcional, que não pode ser confundida com a punição, somente justificada em situações de extrema necessidade.”

Cabível, pois, no presente caso, e conforme restará demonstrado, o remédio constitucional ora impetrado.

### **III. Razões do Paciente**

#### **a) Indeferimento do direito de recorrer em liberdade. Regime Inicial Aberto.**

A prisão preventiva, por ser medida de natureza cautelar, somente se sustenta se presentes o lastro probatório mínimo a indicar a ocorrência da infração, além de algum motivo legal que fundamente a necessidade do encarceramento. A decretação prisional cautelar, portanto, somente é admitida quando presentes os elementos previstos taxativamente em lei que simbolizam a necessidade do cárcere.

As hipóteses legais de cabimento da prisão preventiva estão reguladas pelos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal, os quais dispõe que:

“Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como **garantia da ordem pública, da ordem econômica**, por **conveniência da instrução criminal**, ou para **assegurar a aplicação da lei penal**, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva:

I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a **4 (quatro) anos**;

II - se tiver sido **condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado**, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;

III - se o crime envolver **violência doméstica e familiar contra a mulher**, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, **para garantir a execução das medidas protetivas de urgência**;"

Em que pese a taxatividade de referidas normas, a prisão preventiva do Paciente foi decretada em total inobservância das hipóteses legais que a autorizam.

Destaca-se, inicialmente, que a prisão cautelar foi decretada a DATA (fls. XX/XX), com fundamento na necessidade de garantir a integridade física da vítima e assegurar a execução das medidas protetivas de urgência.

Ultimada a instrução processual, sobreveio sentença condenatória que fixou a pena do paciente em **05 (cinco) meses e 03 (três) dias de detenção, a ser cumprida em regime aberto, sendo-lhe indeferido o direito de recorrer em liberdade** (fls. XX/XX).

Não obstante tenha a sentença impugnada condenado o paciente pelo crime de lesão corporal tentada, com pena a ser cumprida em regime aberto, a autoridade coatora negou ao paciente o direito de recorrer do referido *decisum* em liberdade, configurando flagrante constrangimento ilegal, uma vez que a **fixação de tal regime mostra-se incompatível com a manutenção da prisão preventiva**.

Nesse sentido é a jurisprudência das Turmas Criminais deste Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. CRIME DE AMEAÇA NO ÂMBITO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER. **PACIENTE PRESO PREVENTIVAMENTE HÁ MAIS DE 04 (QUATRO) MESES. INDEFERIMENTO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. CONDENAÇÃO À PENA DE 02 (DOIS) MESES E 20 (VINTE) DIAS DE DETENÇÃO, EM REGIME INICIAL ABERTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. ORDEM CONCEDIDA.**

1. A fixação do regime aberto para o início de cumprimento da pena é incompatível com o indeferimento do direito de recorrer em liberdade.

2. Se o período da prisão preventiva supera, em tese, a própria pena aplicada na sentença e, fixado o regime aberto para o cumprimento da pena, não se mostra razoável manter a constrição cautelar do paciente, que aguardaria o julgamento de eventual recurso em situação mais gravosa que aquela aplicada na sentença.

3. Ordem concedida para, confirmando-se a liminar, deferir ao paciente o direito de recorrer em liberdade, mantendo-se as medidas protetivas de urgência deferidas em favor da vítima.

(Acórdão n.1067854, 07165134020178070000, Relator: ROBERVAL CASEMIRO BELINATI 2ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 14/12/2017, Publicado no PJe: 08/01/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. **REGIME ABERTO. SUBSTITUIÇÃO POR RESTRITIVA DE DIREITO. DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA EXARADO NA SENTENÇA. DESPROPORÇÃO. PRECEDENTES. ORDEM CONCEDIDA.**

1. Há incompatibilidade na decretação da prisão preventiva nas sentenças que impuseram ao paciente pena privativa de liberdade a ser cumprida em regime inicial aberto, sendo que em um deles, ainda, foi convertida em restritiva de direitos. Precedentes deste TJDF.

2. Ordem concedida.  
(Acórdão n.1035397, 20170020137753HBC,  
Relator: SILVANO BARBOSA DOS SANTOS 2ª  
TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento:  
27/07/2017, Publicado no DJE: 02/08/2017. Pág.:  
298/312)

Ressalte-se que a Lei Maria da Penha, por si só, não tem o condão de segregar um indivíduo por tempo indeterminado e injustificável sob a mera escusa de proteção da mulher contra a violência doméstica e familiar, o que seria flagrantemente inconstitucional, **em especial quando condenado ao cumprimento de pena em regime inicial aberto.**

Mister, portanto, o imediato relaxamento da prisão preventiva, tendo em vista estar em absoluta dissonância com a lei.

#### **IV. Pedidos**

Diante das assertivas expostas, estando o Paciente sofrendo claro constrangimento de direitos assegurados na Carta Magna, requer-se:

- a) Seja dado ao presente habeas corpus o procedimento de estilo;
- b) Seja concedida MEDIDA LIMINAR para imediata soltura do paciente FULANO DE TAL, relaxando-se a prisão cautelar e comunicando-se, imediatamente, ao Juízo de origem;
- c) Ao final, a concessão definitiva da ordem, com o relaxamento definitivo do decreto prisional em favor do Paciente.

Termos em que pede deferimento.

LOCAL E DATA.

## **Defensor Público**